



acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 26/6/2018: R\$ 699.001,20; em solidariedade com os responsáveis acima indicados. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação. Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, individualmente para o Sr. Luiz Henrique Peixoto de Almeida e para a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) com fundamento nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, a qual será atualizada desde a data do Acórdão 871/2018-TCU-Plenário até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial. O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). Informações detalhadas acerca do processo, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-GO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

PAULO HENRIQUE NOGUEIRA
Secretário
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E DA REGIÃO NORTE

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO TOCANTINS

EDITAL Nº 35 - SECEX-TO, DE 28 DE JUNHO DE 2018

TC 013.732/2016-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO Adriano Silva Santa Cruz, CPF-579.528.761-04, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 28/6/2018: R\$ 482.580,00; sendo em solidariedade com Instituto Ideal, CNPJ-02.751.072/0001-14, na pessoa de seu representante legal, Sr. Adriano Silva Santa Cruz.

O débito decorre da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 110/2010 (Siafi:732164), celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Ideal (CNPJ: 02.751.072/0001- 04), tendo por objeto "a implementação do Projeto intitulado "1º Goiânia Elétrico", com vigência estipulada para o período de 11/4/2010 a 11/8/2010, durante a administração do responsável, decorrente de irregularidades apontadas pelo órgão repassador dos recursos, conforme consignado na Nota Técnica de Análise n. 0098/2011 e pelo Controle Interno, consoante Relatório de Ação de Controle - Fiscalização n. 201205023 da Secretaria Federal de Controle Interno, quais sejam, respectivamente: Nota Técnica de Análise n. 0098/2011: ... uma vez que foi solicitado ao Conveniente o encaminhamento de fotografias originais, datadas e em foco aberto ou filmagem, também em foco aberto, que permitissem identificar a realização do evento e a correta execução do fechamento/alambrado e tendas, dos banheiros químicos, estande, gerador, iluminação, palco e sonorização, além dos serviços de segurança e limpeza. Foi solicitada, ainda, a declaração de gratuidade do evento. Tais solicitações, porém, não foram atendidas pelo Conveniente, não tendo sido apresentados, portanto, elementos suficientes que permitissem a emissão de parecer técnico conclusivo a respeito do cumprimento do objeto. Relatório de Ação de Controle - Fiscalização n. 201205023: ● empresa contratada pelo conveniente não está localizada no endereço indicado em nota fiscal; ● assinatura que consta no contrato diverge da constante no orçamento, mesmo constando que foi a mesma pessoa que assinou; ● relações de contratados com indícios de terem sido 'elaboradas' para apresentação ao Ministério do Turismo; ● houve cobrança de ingressos e não há comprovação de que esses recursos tenham sido aplicados no evento. Essas irregularidades caracterizam infração aos seguintes dispositivos legais: Portaria Interministerial 127, 29/5/2008, e Termo de Convênio 110/2010 (Siafi: 732164).

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 28/6/2018: R\$ 614.131,18; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992) d) inserção do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à época em que forem realizadas as contas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para os fins previstos no art. 1º, inciso I, alínea g e no art. da Lei Complementar 64/1990.

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, das irregularidades acima indicadas, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex- TO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

EDILSON GUEDES DE ALMEIDA
Secretário

EDITAL Nº 36 - SECEX-TO, DE 28 DE JUNHO DE 2018

TC 013.732/2016-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o Instituto Ideal, CNPJ-02.751.072/0001-04, na pessoa de seu representante legal, Adriano Silva Santa Cruz, CPF-579.528.761-04, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à ocorrência descrita a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 28/6/2018: R\$ 482.580,00; sendo em solidariedade com o responsável Adriano Silva Santa Cruz, CPF-579.528.761-04.

O débito decorre da não consecução do objeto pactuado no Convênio 110/2010, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Ideal, tendo por objeto a implementação do projeto intitulado "1º Goiânia Elétrico", com vigência estipulada para o período de 11/4 a 11/8/2010, a qual caracteriza infração aos seguintes dispositivos legais: Portaria Interministerial 127, de 29/5/2008, e Termo de Convênio 110/2010 (Siafi 732164).

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 28/6/2018: R\$ 614.131,18; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora citado, caso figure no rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 15, Lei 8.443/1992), d) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br> aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-TO ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

EDILSON GUEDES DE ALMEIDA
Secretário

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

a) Processo:TC-002.639/2018-1; b)Espécie: 7º Termo de Apostilamento ao CT nº 02/2014, firmado em 26/06/2018 entre a SECEX-MT e a empresa NELISE F. PRADO & CIA LTDA; c)Objeto: prorrogação para o período de 04/08/2018 a 03/08/2019 ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro; d)Fundamento Legal: art. 57, inciso II da lei nº 8.666/1993, item 2 da Cláusula Quinta do Contrato nº 02/2014 e lei 10.520/2002; e)Valor: R\$ 166.728,00; f)NE: 2018NE000834; g)Signatário: pelo Contratante,Carlos Roberto Caixeta - Secretário-Geral de Administração.

Defensoria Pública da União

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 55/2018 - UASG 290002

Nº Processo: 08038002438201844 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, para o período de 12 (doze) meses, de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, e todos os materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para atender às Unidades da Defensoria Pública da União - DPU, nas cidades de Pelotas/RS, Bagé/RS e Joinville/SC, conforme especificações técnicas vide Edital e Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 29/06/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Setor de Artarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre c Asa Norte - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/290002-05-55-2018. Entrega das Propostas: a partir de 29/06/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/07/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Tel.: (61) 3318-4363 / 0222 - e-mail: cgp1@dpu.def.br

MARCILIO RODRIGUES PENHA
Pregoeiro

(SIDECA - 28/06/2018) 290002-00001-2018NE800305

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 85/2015

Nº Processo: 08038015930201375. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 08483447000170. Contratado : AGATHA SERVICOS GERAIS LTDA - ME -.Objeto: Rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços de Manutenção de Ar Condicionado para atender a Unidade DPU/Teresina/PI. Fundamento Legal: Inciso I do art.79, c/c inciso I e II do art.78, ambos da Lei 8.666/93, Cláusula Décima Segunda do contrato. Data de Rescisão: 31/07/2018 .

(SICON - 28/06/2018) 290002-00001-2018NE802705

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 4/2018 publicado no D.O. de 28/06/2018 , Seção 3, Pág. 74. Onde se lê: 4º Termo Aditivo do contrato 90/2014 Leia-se : 5º Termo Aditivo do contrato 90/2014

(SICON - 28/06/2018) 290002-00001-2018NE802705

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 60/2018

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 22/06/2018 .Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos e materiais diversos, com entrega imediata, para a Secretaria de Infraestrutura do Senado Federal, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.

VICTOR AGUIAR JARDIM DE AMORIM
Pregoeiro

(SIDECA - 28/06/2018) 020001-00001-2018NE0000003

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Espécie: Termo de Execução Descentralizada - TED0004/2018. Processo: 00200.005910/2018-60. Celebrado com a FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP. Modalidade: Não aplicável. Objeto: Formalização do Termo de Execução Descentralizada destinado à disponibilização de 01 vaga na edição de 2018 do Curso "Liderança e inovação em Contextos de Mudança" para capacitação de servidores / dirigentes

Forma de contratação: contratação direta, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

o documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, o código 05302018062900187

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 136431F2002546F6

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>